

ATA DA 093ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Scherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero registrar e agradecer a presença nesta Assembleia Legislativa do prefeito do município de Rio do Campo, Rodrigo Preis, do Partido dos Trabalhadores. Ele faz um bellissimo trabalho no município de Rio do Campo, no alto

vale do Itajaí. Registro também a presença do presidente da Câmara Municipal, vereador Alessandro Losi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação, saúdo todos em nome do sr. Antônio Carlos de Souza David e sra. Angela David, de Laguna, que estão nesta Casa. Também saúdo o gerente da secretaria Regional de Palmitos, o Chiquinho, e o Edival e o Paulinho, de Palhoça, enfim, em nome deles cumprimento todos aqueles que estão nos acompanhando, nesta Casa.

Quero ainda cumprimentar de forma muito especial o governador de Santa Catarina, que ontem esteve em três municípios da regional de Brusque, levando recurso do Fundo Social para diversas atividades sociais em São João Batista. Ele também esteve em Guabiruba vistoriando uma grande obra, um acesso asfaltado duplicado entre Brusque e Guabiruba, uma obra de aproximadamente R\$ 7 milhões, que é o primeiro acesso grande que Guabiruba recebe.

Guabiruba é um município que se desmembrou, em 1962, de Brusque. A cidade cresceu muito, ganhou uma pujança extraordinária na área industrial e comercial, porém os acessos não acompanharam o desenvolvimento da cidade.

Ontem, o governador esteve lá vistoriando uma obra já autorizada praticamente há um ano, que até o final deste ano estará sendo inaugurada. Além disso, levou autorização para a reforma e ampliação do Colégio João Boos, o maior de Guabiruba, que há muito tempo está precisando dessa reforma, dessa modernização.

Na sequência, fomos a Botuverá, minha terra natal, onde foi dada a abertura de licitação da pavimentação da SC-486, dentro do referido município, que vai do centro até a caverna. Aliás, é a caverna mais bonita do sul do Brasil, de

estalactites e estalagmites. Em 96 foi urbanizada tanto a parte externa quanto a interna e está aberta para visitaçãõ, controlada pelo Ibama. Na verdade, o que faltava mesmo era um acesso condizente com aquela caverna, pois pessoas vinham de toda parte do Brasil e dos municípios catarinenses, porém havia dificuldade de acesso, porque a estrada era estreita, com poeira e lama, mas agora, depois de dois anos, foi aberta. E em breve, se Deus quiser, começará a pavimentação desse segmento da SC-486.

É uma obra que a prefeitura fará, e o estado, através do Fundo de Apoio aos Municípios, repassará os recursos estaduais, em torno de R\$ 12,8 milhões.

A grande expectativa é que se consiga chegar de Botuverá a Vidal Ramos, município que era um distrito de Brusque e foi desmembrado juntamente com Botuverá, em 1962.

Hoje, Vidal Ramos tem a maior fábrica do sul do Brasil de cimento, que é escoado pela BR-282 para o porto de Imbituba e dali, em cabotagem, chega a diversos estados do Brasil. Imaginamos e sonhamos ainda que uma das alternativas de escoamento daquela produção seja através de Brusque, da SC-486. Mas para tanto precisamos encontrar um forma de abrir e ampliar mais de 30 quilômetros que ficaram para serem feitos, mesmo concluindo esse segmento que o governador levou no dia de ontem.

Além disso, em breve o governador abrirá edital para o projeto da barragem do rio Itajaí-Mirim, que é muito importante, pois fará a contenção das águas evitando ou minimizando os efeitos das enchentes em todo o vale, principalmente em Brusque, região que mais alaga, e depois Itajaí que tem o mesmo problema, mas terá o apoio das diversas barragens do rio Itajaí-Açu.

A SC-486, que ainda é de barro entre Botuverá e Vidal Ramos, tem ainda pontilhões de madeira, limitando a confiança de passagem de caminhões que transportam calcário e derivados da madeira, como eucaliptos. Essas pontes suportam de oito até dez

toneladas, uma capacidade de carga pequena em consideração ao fluxo e a economia do local.

Então, o governador também deu a determinação ao Deinfra para um estudo para modificar todas as pontes de madeira e fazer pontes de concreto e aumentar, então, a capacidade de carga.

Sr. presidente, por fim quero fazer uma saudação muito especial aos representantes dos estabelecimentos óticos de Santa Catarina, que estão nas galerias desta Casa, os srs. Roberto Tenedini, da Fecomércio, o Carlos Grendene, presidente da CDL, o Gerson Strossi, presidente do Sindicato das Óticas de Santa Catarina, o Osmar Silveira, vice-presidente, representando também o presidente da FC DL de Florianópolis. Eles estão desde cedo nesta Casa, juntamente conosco, estudando o Projeto de Lei n. 0243, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a comercialização de produtos óticos, o licenciamento do comércio varejista e a prestação de serviços de produtos óticos de Santa Catarina.

Hoje no Brasil são vendidos mais de 37 milhões de óculos. E calcula-se que em torno de 60% deles não se conhece a origem. Existe uma pirataria muito grande, um mercado informal exagerado. São muitos ambulantes vendendo óculos, nas praias, nas ruas, em praças, sem nenhuma restrição e muitas vezes sem dizer qual a qualidade, qual seria o efeito maléfico causado na retina das pessoas que vierem a usar.

Para encerrar, quero cumprimentar toda a equipe, o presidente do sindicato, todos os óticos que vieram a esta Casa, juntamente com o deputado Darci de Matos e Jailson Lima, que estão colaborando para encontrar uma maneira para que de fato coloquemos nos estabelecimentos que vendem óculos um responsável técnico, significando qualidade de vida para os habitantes.

Muito obrigado!

(SEM REVISAO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Antônio Aguiar, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, na segunda-feira participamos, no município de Canoinhas, de uma grande reunião, com mais de 400 agricultores, com a presença de várias autoridades, como o Enori Barbieri, presidente da Cidasc, o vice-prefeito Vilson Pereira, representando o prefeito de Canoinhas, do Edmilson Verka e do sr. Pacheco, quando discutimos temas importantes também da agricultura, como a safra de soja, milho e fumo.

O fumo realmente torna o Brasil o maior exportador do mundo. De certa forma, a parte comercial nos enche de orgulho, mas a saúde não. Vender fumo, tudo bem. Mas somos contra a quem fuma e não a quem produz e a quem gera riquezas para as nossas famílias, a quem gera o sustento para os seus filhos, pois o trabalho do fumo é um trabalho digno e que deu uma grande rentabilidade este ano no estado de Santa Catarina. Então, quem plantou fumo se deu muito bem.

Portanto, estamos felizes com os agricultores, com os plantadores de fumo, e que continuem no seu trabalho, para que continuemos sendo o maior exportador de fumo do mundo.

É importante também falarmos hoje, sr. presidente, sobre a quimioterapia em São Bento do Sul. A quimioterapia naquele município tem um fato especial: há médicos e pacientes, mas não há o credenciamento para o atendimento de quimioterapia em São Bento do Sul.

Há um mês foi realizada naquela cidade uma grande audiência pública, ocasião em que tivemos a anuência da secretaria da Saúde de Santa Catarina para que tramitasse o credenciamento para a quimioterapia em São Bento do Sul.

Não houve andamento dos papéis do credenciamento para a quimioterapia naquele município. Ao contrário, houve o pedido para o credenciamento em oncologia para a cidade de Mafra, e aí é que ficou um nó. A SDR de Mafra, a gerente de saúde de lá não quis se manifestar, não quis que as coisas andassem. Ao contrário, foi para a imprensa criticar este deputado.

Venho aqui explicar par ao estado de Santa Catarina que as coisas têm que ser feitas com tranquilidade, com responsabilidade e, principalmente, com competência.

Estaremos em São Bento do Sul, na segunda-feira, com o secretário adjunto realizando uma grande reunião com o prefeito e com as partes interessadas, para resolvermos o problema do atendimento em quimioterapia em São Bento do Sul.

Sabemos da influência da imprensa daquele município, que está faltando com a sua responsabilidade e vendo somente um lado da moeda. Espero que a imprensa comece a ver o outro lado e que as coisas realmente aconteçam, que o serviço de quimioterapia seja definitivamente implantado em São Bento do Sul.

Mas também quero me reportar aqui hoje ao que está acontecendo em nível de secretaria de Infraestrutura. Estaremos na sexta-feira em Santa Terezinha para a audiência pública, para vermos a possibilidade de iniciarmos o projeto do asfalto da região de Moema à ponte Ruthes.

Temos certeza de que essa comunidade, na ânsia de ver os seus pleitos anunciados e realizados com o prefeito Nego Ferens, e ele não está medindo esforços para que essa audiência pública venha a trazer resultados positivos para Santa Terezinha e para os municípios vizinhos...

Certamente estaremos em Santa Terezinha na sexta-feira pela manhã fazendo essa grande discussão de como podemos ajudar o município e região em termos de infraestrutura. E temos certeza de que o secretário Valdir Cobalchini enviará o seu representante para essa importante audiência pública na sexta-feira de manhã.

Mas também não podia deixar de me manifestar sobre o médico, aquela pessoa que todos nós necessitamos. E quando necessitamos dele é porque estamos num estado de saúde muitas vezes grave.

Quero deixar aqui a minha homenagem a toda classe médica do estado de Santa Catarina e dizer que, através da Assembleia Legislativa, vamos fazer uma sessão solene na sexta-feira, às 19h, no

município de Canoinhas, para homenagear todos os médicos do estado.

Normalmente essa sessão solene é feita nesta Casa, em Florianópolis. Vamos inovar e realizá-la no interior. Portanto, vamos descentralizar e fazer uma sessão solene da Assembleia Legislativa em Canoinhas saudando todos os médicos do estado de Santa Catarina, na sexta-feira, às 19h.

Quero estender a minha homenagem aos médicos deputados da nossa Assembleia Legislativa, porque, assim como eu, eles deixaram parte da sua vida para se dedicar ao setor público - e o setor público faz o médico deputado diferente. E temos, hoje, uma situação acontecendo no Brasil: a vinda de mais médicos para o país. Nós queremos, sim, a vinda de mais médicos para o Brasil, deputada Ana Paula Lima, mas queremos que eles sejam revalidados, analisados, testados se têm capacidade de atender o nosso paciente. Não queremos médicos charlatões, não queremos médicos que não tenham capacidade de atender o ser humano!

Se nós, médicos, queremos atender nos Estados Unidos, na França ou em qualquer lugar, nós vamos lá fazer um teste. Então, queremos que esses médicos venham trabalhar no Brasil, mas que eles sigam os trâmites legais.

E, por sinal, acho que a presidente Dilma Rousseff praticou um grande ato para com os médicos e despertou neles a consciência política de serem respeitados em suas reivindicações. Não somos nós os responsáveis pela saúde. A responsabilidade política é do governo federal, do governo estadual e do governo municipal.

E na comemoração do Dia do Médico se faz necessário, nesse momento, fazer uma reflexão sobre as condições de trabalho que eles têm. O apoio científico e político que eles têm para desenvolver a sua profissão têm que vir, sim, dos poderes, principalmente dos poderes federal, estadual e municipal.

Quero desejar a todos os médicos um feliz dia e que a reflexão deste ano seja, sim, a reflexão da consciência política de termos o atendimento médico respeitado, e que o médico seja valorizado

com ações que venham em benefício dos pacientes e da nossa comunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda em Breves Comunicações, o próximo orador inscrito é a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente,

Sra. deputada Luciane Carminatti e srs. parlamentares, também quero desejar a todos um feliz dia dos médicos. Na minha família também tenho cunhados e cunhadas médicos.

Deputado Antônio Aguiar, a medida mais certa da presidente Dilma e do médico ministro da Saúde, Alexandre Padilha, foi o programa Mais Médicos, trazendo o atendimento médico às regiões mais carentes do nosso país e do estado de Santa Catarina, aonde essa categoria não tem em número suficiente para fazer o atendimento ao nosso povo.

Acertada também porque esses médicos vêm para um período emergencial de três anos de atendimento, quando teremos brasileiros aptos a estarem nesses casos.

Por que não revalidar o diploma? Porque eles vêm para um projeto de atendimento nas áreas mais carentes. Se revalidarmos o diploma do médico, ele entra pela iniciativa do serviço público, mas logo, logo vai abrir o seu consultório particular. E não é esse o projeto do programa Mais Médicos. Eles são para atender oito horas nos postos de saúde mais distantes, aonde não temos o profissional adequado.

Por isso, defendo; por isso, a comunidade está aplaudindo essa iniciativa da presidenta Dilma Rousseff. Por isso, o prefeito de Blumenau, de Joinville e de Florianópolis, os únicos três que não queriam esse projeto, revogaram a sua decisão, porque, deputado Dirceu Dresch, nos postos de saúde da minha cidade, ou do município de Joinville, a comunidade colava cartazes com o seguinte: "Senhor prefeito, queremos médicos. Não

importa se eles sejam brasileiros ou estrangeiros. Queremos é atendimento”.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputada, quero parabenizar v.exa. por essa defesa. Eu já fiz três, quatro defesas do acerto do governo federal e do ministro da Saúde, sentindo esse clamor da sociedade brasileira que não tinha o direito a ter um médico, principalmente no norte e nordeste.

Agora, revalidar, deputado Antônio Aguiar, é vocês aceitarem que esses médicos venham aqui e venham trabalhar nos municípios, nos estados e ficar aqui. Eles não vão ficar. Eles ficarão por um período transitório aqui no Brasil. Eles vão nos ajudar enquanto o Brasil forma os seus médicos, depois, voltarão aos seus países de origem.

Agora há uma discriminação violenta com o país de Cuba, que hoje tem as melhores experiências, os melhores cursos de Medicina e as pessoas mais preparadas que vão nos ajudar.

Felizmente, o povo brasileiro vai ter inclusive os médicos cubanos e de tantas outras nações aqui, trabalhando, para o bem do povo brasileiro.

Quero cumprimentar v.exa. pela defesa, e vamos estar juntos nessa caminhada, sempre defendendo o programa “Mais Médicos”, um programa acertadíssimo do governo brasileiro, para trazer mais saúde, que era um dos grandes clamores das ruas, das mobilizações da nossa população brasileira.

Muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Hoje, faltam muitos profissionais. Com todo respeito a essa categoria que hoje comemora o seu dia, aproveito a oportunidade para dar os parabéns aos deputados Antônio Aguiar, Serafim Venzon e Jailson Lima, que são médicos, que são dessa categoria.

Foi uma decisão acertada, deputado Antônio Aguiar, com todo o respeito que v.exa. tem em defesa da sua categoria, mas a nossa população

precisa de atendimento e é um projeto que ele tem dia de começo e de final.

Os médicos cubanos fazem esse trabalho no mundo inteiro. Fizeram esse trabalho no Haiti, quando aconteceu o terremoto. Eles são chamados pela vasta experiência que têm no atendimento da saúde pública.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputada Ana Paula Lima, quero parabenizar v.exa. pelo programa. Eu concordo que venham mais médicos para cá. Isso não é o problema, o que defendemos é a capacidade desses médicos. Se o médico receita uma receita errada, quem será o responsável? Vai ser a presidente Dilma ou vai ser o médico?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Às vezes, temos receitas erradas mesmo tendo a revalidação do diploma. Temos até cirurgias erradas.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Mas isso é legal. Ele foi aprovado.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Não, não é legal, porque trabalhamos com vidas humanas.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - O programa é bom, deputada Ana Paula Lima, e concordo com ele, apenas discordo com a maneira que está sendo feita.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada e parabéns pelo Dia do Médico, deputado Antônio Aguiar.

Srs. deputados e sras. deputadas, ontem, ouvimos aqui o magnífico reitor da Furb, o representante da Fapesc.

Os professores fizeram estudo maravilhoso sobre o Inventário Florístico e Florestal de Santa Catarina, e vamos pautar o tema aqui de um acidente que teve na cidade de São Francisco do Sul, sobre a preocupação que temos que ter com a questão do meio ambiente, pois o acidente com a carga de fertilizantes à base de nitrato de amônia, ocorrido em um armazém da empresa Global Logística, do referido município, transcende a estreita visão burocrática e legal com que se

costuma abordar situações desse gênero e alcança o debate sobre o papel das organizações, em especial das empresas, na sociedade em que atuam.

Há quem se alinhe com a ideia de que a única responsabilidade da empresa é gerar lucros; outros acreditam que a empresa, por acarretar alguns custos para a sociedade, tem responsabilidade direta com a sustentabilidade e a manutenção da vida, de toda forma de vida.

O que tenho em mente é uma noção ampla de responsabilidade social por parte das organizações e suas administrações. Fato este que ultrapassa a mera noção de ser economicamente viável, ou até mesmo da simples responsabilidade legal, passa pela responsabilidade ética e alcança o que pode ser chamado de responsabilidade discricionária, postura que implica encarar a sociedade como uma comunidade, não como algo fragmentado.

Essa nova compreensão das organizações humanas como comunidades, como sistemas abertos, ou seja, como um agregado de partes em interação, coloca a dinâmica das organizações para muito além da economia, porque a relaciona com a ética, mas também com a estratégia; trata-se de uma questão econômica e daí administrativa, mas também política; e trata-se de uma questão social, mas também ecológica. Enfim, trata-se de uma questão que não diz respeito somente à vida humana individual e associada, mas à própria noção da vida no planeta.

Acontece que um dos principais desacordos entre a economia e ecologia deriva do fato de que a natureza é cíclica, enquanto que nossos sistemas industriais são lineares.

Nossas atividades comerciais extraem recursos, transformando-os em produtos e resíduos, e os consumidores descartam ainda mais resíduos, depois do consumo.

Os planejadores corporativos tratam como bens gratuitos não somente o ar, água e o solo, mas também a delicada teia das relações sociais.

É preciso entender que toda essa verdadeira teia da vida é seriamente afetada pela expansão

contínua, desenfreada e mal planejada do mercado e da economia.

Independente da adequação jurídica ou das licenças ambientais emitidas para funcionamento e armazenamento de materiais reagentes, há que se rever os impactos que uma operação logística mal planejada pode acarretar para toda uma cidade ou mesmo um ambiente regional. Além do transtorno econômico e social proporcionado pela oxidação dos fertilizantes, toda a região ainda vai sofrer as previsíveis consequências ambientais, como o crescimento desenfreado de algas e outros seres vivos, o que certamente afetará a disponibilidade de oxigênio.

É previsível uma instabilidade fisiológica no ambiente aparentemente microscópico, mas que na verdade atinge todas as expressões da vida no meio afetado. Também é muito provável o aumento da mortalidade dos peixes, devido à alteração dos níveis de oxigênio na água ou mesmo o crescimento desordenado de plantas, afinal trata-se de fertilizantes.

Enfim, estamos assistindo a mais uma das expressões do desrespeito ao ambiente, até mesmo ao direito de todos os cidadãos e cidadãs de viverem em ambiente saudável e equilibrado.

A empresa sequer questionou o armazenamento incondicional e duradouro de um produto instável e se desculpa afirmando candidamente: "Somos apenas um elo da corrente logística que faz parte do mercado internacional".

Ora, srs. deputados e deputadas, cabe aqui a seguinte pergunta ao acidente que aconteceu lá em São Francisco do Sul: se a empresa deu essa resposta, nós, deputado Silvio Dreveck, as pessoas e os demais seres vivos somos o quê? É preciso acordar srs. parlamentares e público catarinense, antes que seja tarde demais.

Muito obrigada.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero saudar todos os nossos colegas deputados, as sras. deputadas, o sr. presidente, os que nos acompanham pela TVAL, Rádio Digital e também o público presente.

Quero registrar a presença do sr. Rodrigo Preis, prefeito de Rio do Campo, um dos mais jovens prefeitos do estado de Santa Catarina.

Hoje, sr. presidente, trago em nome da nossa bancada, do nosso partido, a reflexão de um programa do ex-presidente Lula, neste país, que sempre foi um dos grandes debates já internos do nosso partido, principalmente pelo senador Eduardo Suplicy, o Bolsa Família, que significa muito para a população brasileira, para a economia, para o Produto Interno do país, enfim, uma reflexão sobre isso e a importância desse programa para a sociedade brasileira.

Quero dizer que o Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - traz dados extraordinários:

(Passa a ler.)

PIB aumenta 1.78 reais a cada R\$ 1 investido no Bolsa Família, diz Ipea.

Criado pela Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, o Bolsa Família vai completar dez anos. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea, mostra que a cada R\$ 1 investido no programa de transferência de renda provoca aumento de R\$ 1,78 no Produto Interno Bruto brasileiro, PIB.

O Bolsa Família faz a economia girar.

Segundo o artigo, o Bolsa Família tem, de longe, mais impacto no crescimento no Produto Interno, PIB, soma de bens e serviços produzidos no país num ano. Para cada R\$ 1 repassado pelo programa a economia cresce R\$ 1,78, ante R\$ 0,39, no caso do FGTS, R\$ 0,53, na Previdência, R\$ 1,06, no abono e no seguro-desemprego. Ou seja, nessas condições, um gasto adicional de 1% do PIB no programa, que privilegia as famílias mais pobres, gera aumento de 1,78% na atividade econômica.

Conforme o estudo, o programa reduziu em 28% a extrema pobreza no país, entre 2002 e 2012. Sem a renda do Programa Bolsa Família, a taxa de extrema pobreza, em 2012, seria 4,9%, ou seja, 36% maior do que a observada com o programa.

Os pesquisadores concluíram que o programa contribuiu para aumentar a frequência escolar e queda da repetência, da mortalidade em crianças menores de cinco anos e da prevalência de baixo peso no nascimento, além de crescimento na proporção de crianças com vacinas nas idades corretas.

O programa recebeu o primeiro prêmio da Associação Internacional de Seguridade Social, realizado na Suíça, em reconhecimento ao combate à pobreza e na promoção dos direitos sociais da população de baixa renda.

Os dados derrubam todos os mitos sobre o Bolsa Família, como o da preguiça e o da informalidade, comprova estaticamente os seus efeitos positivos e rebate as críticas de assistencialismo e gastos elevados. Esses efeitos não se deram apenas em relação à distribuição de renda, mas também na qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo programa, em questão como educação e redução da mortalidade infantil.

Hoje, podemos fazer uma discussão que não é ideológica. Temos estatísticas e dados que comprovam o impacto do Bolsa Família. Atualmente, o programa beneficia 13,8 milhões de famílias, quase 50 milhões de pessoas. Em 2013, o orçamento previsto é R\$ 24 bilhões, cerca de 0,465 do PIB, segundo o ministério.

Em Santa Catarina o Programa Bolsa Família injeta na economia mais de R\$ 200 milhões por ano, beneficiando mais de 550 mil famílias de baixa renda."

Esse é um resumo da pesquisa e uma avaliação que o Ipea faz do Programa Bolsa família, que foi criticado pela sua forma, mas que hoje atua em várias formas, atua na área da economia do Produto Interno Brasileiro, atua na redução da pobreza, na melhoria da qualidade de vida, no desenvolvimento dos nossos municípios e felizmente atua na questão

da educação, da saúde, no aumento do peso de crianças quando nascem e atua no maior número de crianças vacinadas, porque ele cria justamente esses mecanismo de garantia de que as crianças estejam na escola, que recebam uma educação e que tenham acompanhamento à saúde.

Então, o programa tem essas várias vertentes extraordinárias, e esses dados comprovam de uma vez por todas que os grandes críticos desse programa estão equivocados. Temos de fato o investimento estratégico, que além de beneficiar a economia beneficia a saúde, a educação e a redução da pobreza, que é um dos grandes gargalos históricos deste país.

O presidente Lula, quando assumiu o governo, disse que já se sentiria realizado quando saísse do governo as pessoas tivessem um prato de comida.

Então, com certeza, essa visão que o presidente Lula traz de volta, onde os nossos dirigentes brasileiros olhavam só para o lado cego da economia fria e não olhavam para o bem-estar do nosso povo brasileiro. Isso o Bolsa Família vem trazer de volta e resgatar a qualidade de vida de milhões de pessoas no nosso país.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não! Sei que v.exa. tem atuado firmemente como educadora, como professora e como mãe nesses programas que beneficiam as nossas crianças.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Quero cumprimentar v.exa. pela escolha do tema que é bastante pertinente. Inclusive publiquei no meu *facebook* a entrevista da ministra falando exatamente dos resultados do Bolsa Família. Eu analisei toda a entrevista da ministra e o que mais me chamou a atenção sobre a sua análise é de que primeiramente não estamos aqui apenas emitindo opinião de quem é a favor e de quem é contra, nós estamos tratando da realidade, dos fatos e dos dados.

Os dados estão aí. O Ipea é o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. E uma das coisas que me chamou atenção é que quando foi implantado

o Programa Bolsa Família eu ouvia muito de forma preconceituosa que agora o governo está criando o incentivo para as mulheres pobres terem mais filhos.

Pois bem, essa tese é furada. Vai por água a baixo. Qual é o dado investigado? Analisando e contando o número de filhos de todas as famílias, chegou-se à conclusão de que nos últimos dez anos as mulheres tiveram uma redução na taxa de fecundidade em 20%; e nas mulheres pobres do Bolsa Família a taxa é de 30%.

Apenas quero contribuir para dizer que esse mito de que as mulheres pobres querem ter mais filhos para não trabalhar e ganhar dinheiro de graça cai por terra. Elas querem trabalhar, ver seus filhos crescer bem e com dignidade.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero, para encerrar, também cumprimentar a ministra Tereza Campello que vai receber o prêmio na Suíça por esse belo programa, representando o governo brasileiro, que foi coordenado pelo ex-presidente Lula, pelos vários ministros que passaram pela pasta que trata principalmente da questão social, bem como a presidente Dilma Rousseff. Exatamente por isso ela vem tendo grande reconhecimento e vem melhorando a cada dia o seu desempenho à frente do governo federal. E a sociedade vem reconhecendo isso inclusive em pesquisa de opinião pelo seu trabalho, pelo seu grande empenho nas mais diversas áreas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de tratar de um assunto que está sendo debatido na comissão de Constituição e Justiça que já fez o relatório a respeito da adequação do Código Ambiental

estadual, sobre o qual começamos o debate ontem e deve ter prosseguimento nos próximos dias.

Mas quero, de modo especial, relembrar onde se iniciaram as atividades referentes à questão ambiental em Santa Catarina, que levou até uma mobilização maior no âmbito federal, no Congresso Nacional, no Executivo federal.

Já havia evidentemente esse sentimento no Brasil todo, por muitas entidades ligadas ao meio ambiente ou não, pela necessidade da adequação da legislação ambiental no Brasil. Mas Santa Catarina deu esse impulso, em 2009, sendo o primeiro estado a fazer essa adequação da legislação ambiental como um todo, que foi entregue no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal. E isso colaborou para que houvesse mais celeridade no processo. Depois disso houve a aprovação no Congresso Nacional, e estamos adequando o código à legislação catarinense, que passou por uma equipe técnica competente, capitaneada pelos deputados Romildo Titon e Joares Ponticelli.

Agora, evidentemente, estamos indo para a fase final desse assunto e quero crer que estamos dando um grande avanço. Não seria possível continuarmos com a legislação que foi instituída na década de 60; depois disso tivemos apenas alguns decretos, resoluções dos conselhos, do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

V.Exa., deputado Dirceu Dresch, dizia, ontem, que houve essa mobilização toda a respeito desse assunto, mas ainda insisto que nós, os 40 deputados, demos uma boa colaboração para que a nossa legislação pudesse atualizar-se com a realidade, não somente com a economia, mas também da preservação, que é muito importante, ao mesmo tempo permitindo a utilização dos recursos disponíveis, seja da terra, da floresta, da fauna, da questão hídrica como um todo.

Penso e tenho confiança que vamos permitir o desenvolvimento, o crescimento e a sustentabilidade para o homem, ou seja, para as pessoas continuarem produzindo e, ao mesmo tempo, preservando.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado, eu estou muito feliz, porque acredito que achamos o rumo nessa discussão, no momento em que percebermos que a questão ambiental, a questão da água, são os nossos grandes patrimônios para continuar produzindo no nosso estado, movendo a economia catarinense, principalmente quando fala da área do vestuário que precisa de muita água, a área da produção de frango, de suínos, de leite e outras atividades.

Com certeza, vamos também olhar com muito mais carinho para esse debate que fizemos. Então, estamos sempre batalhando e temos a sua participação ativa na luta da remuneração, na valorização de quem preserva. Começando pelos municípios, pelo estado, pelo governo federal, acho que temos um caminho muito próspero pela frente, somando nessa perspectiva, discutindo com o governo federal, com os nossos municípios, para podermos avançar.

Parabenizo v.exa. pelo debate.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento. E para concluir, acredito piamente que nós, sem dúvida, vamos permitir, como eu disse, o desenvolvimento da produção e ao mesmo tempo a preservação, com uma legislação que agora se atualiza com os dias atuais.

Muitas coisas mudaram, os avanços tecnológicos, a produtividade. E por conta disso a nossa legislação teria que ser atualizada. E este Parlamento, com a participação dos 40 deputados, com a participação das entidades de classe, com a participação dos órgãos públicos e também de pessoas físicas, está dando uma grande contribuição para que possamos aprovar, nesta Casa, a adequação do Código Ambiental.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos

Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Renato Hinnig, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, aproveito, antes de entrar no tema que me faz ocupar a tribuna na data de hoje, para registrar a presença, nesta Casa, do sr. Daniel Netto Candido, prefeito de São João Batista, acompanhado do vereador Eder Vargas, do vice-prefeito Elio Peixer, do Claudemir da Silva e do Rudilene Hermes, lideranças que nos visitam. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Quero, em primeiro lugar, agradecer aos colegas parlamentares que aprovaram nas diversas comissões por que passou um projeto de lei de minha autoria, que está na pauta de votação na data de hoje e que trata da criação do dia estadual do PMDB em Santa Catarina.

Entendemos importante esse gesto, tendo em vista que o PMDB é a agremiação mais antiga aqui do nosso estado, está organizada nos 295 municípios, tem o maior número de filiados, maior número de prefeitos, maior número de vice-prefeitos, maior número de vereadores, a bancada estadual e federal mais numerosa, enfim, o PMDB tem um significado especial em Santa Catarina e contribui sobremaneira para construir o estado de qualidade que temos vivido ultimamente.

Eu escrevi alguns aspectos que justificam a apreciação do projeto de lei.

(Passa a ler.)

"O PMDB foi criado no país para fazer oposição ao Golpe de 64. O MDB enfrentou todas as dificuldades, sem nunca desistir de seus ideais. A cada eleição conquistou novos espaços e, mesmo com a extinção do bipartidarismo, numa tentativa de interromper o seu crescimento, o movimento que passou a ter o 'P' do PMDB, permaneceu unido.

Pelos registros da nossa história recente, surpreende que o PMDB tenha resistido a tantas pressões de governos ditatoriais, divisões internas, esvaziamento, crescimento, novas

divisões e mantenha-se como a legenda de maior base no território nacional. É possível explicar. Sofrida, com maus e bons momentos, a história do PMDB é a história do Brasil, que continuou pulsando a partir de 1964.

Manteve-se em movimento, com contradições, abrigou vários tipos de ideologias e tendências políticas, instigou, gestou outros partidos, mas se manteve no centro das discussões durante, na queda e após o regime militar.

Oficialmente o PMDB, que nasceu MDB, teve sua fundação em 24 de março de 1966, com o registro na Justiça Eleitoral. E desde então o MDB e o PMDB fizeram e fazem história em Santa Catarina e no Brasil. Suas tradições democráticas sempre foram fortalecidas, assim como as políticas públicas que visam o bem-estar da população.

Atualmente o PMDB exerce posição de destaque na política estadual e nacional, sendo o maior partido político de Santa Catarina tanto em número de filiados quanto em número de deputados estaduais, federais, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, merecendo esta homenagem honrosa que registra o dia de sua fundação nacional, 24 de março, oficialmente como o dia do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, em Santa Catarina.

Gostaria de solicitar o apoio de todos os colegas parlamentares para que pudéssemos aprovar esse projeto de lei na tarde de hoje, instituindo o dia 24 de março como o Dia Estadual do PMDB, para que nesta data todos os anos possamos movimentar o partido, estabelecer discussões de políticas públicas, para que com a responsabilidade de exercício de mandato possamos contribuir ainda mais para fortalecer o nosso partido e contribuir para que o PMDB nas suas administrações, seja em nível municipal ou estadual, possa continuar construindo políticas públicas de qualidade, para poder continuar escrevendo a bela história do nosso estado que cresce a cada dia, que é, sem dúvida nenhuma, um dos estados mais desenvolvidos do nosso Brasil.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O SR. Deputado Carlos Chiodini - Nobre deputado, primeiramente quero agradecer a oportunidade do aparte sobre o nosso PMDB, que é o tema do seu pronunciamento e do seu projeto de lei que será votado na tarde de hoje.

É evidente, incontestemente a história do nosso partido em Santa Catarina. O trabalho prestado em diversos anos foi motivo de sessão solene este ano, aqui, nesta Casa, em comemoração aos seus 43 anos, quando vários companheiros históricos que construíram nossa bandeira foram homenageados.

Então, a bancada do PMDB não poderia ter outro posicionamento a não ser de participação em conjunto com a sua proposição.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Nobre deputado, quero cumprimentar, parabenizar v.exa. pela sessão de ontem à noite em homenagem ao Sindifisco.

Cumprimento v.exa. também pela autoria do projeto que cria o Dia Estadual do PMDB. Só participei de um partido político na minha vida, que é o PMDB. Meu pai, em Concórdia, foi um dos primeiros militantes do MDB.

Entendo que é um projeto de relevância. Apenas vamos ter, quem sabe, aqui, deputado Renato Hinnig, outros partidos que tenham essa mesma iniciativa. Mas o PMDB tem, sem dúvida alguma, uma história.

Muitas lideranças saíram do PMDB e criaram outros partidos. Tive a oportunidade de rever, esses dias, uma série de lembranças da primeira eleição indireta de Tancredo Neves, depois das eleições dos militares, depois da ditadura, onde pude ver pessoas como Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, o nosso ex-presidente Lula e tantas outras pessoas que participaram do PMDB e

que tinham simpatia por este partido, sem falar em Ulysses Guimarães e em tantos outros, como os de Santa Catarina, como Pedro Ivo Campos, os líderes de hoje, como os nossos ex-governadores Luiz Henrique da Silveira, Paulo Afonso, o nosso vice-governador Eduardo Pinho Moreira e tantos outros.

Quero cumprimentá-lo e dizer que não tenho dúvidas de que vamos estar nesta tarde para dar o voto a este projeto de sua autoria, deputado Renato Hinnig, que é importantíssimo, sem dúvida alguma.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa, pela sua manifestação. De fato das costelas do PMDB nasceram outros importantes partidos que fazem parte da história de Santa Catarina e do Brasil. Por isso nós, que pertencemos a este partido que teve suas raízes lá no início do bipartidarismo no Brasil, temos muito orgulho de pertencemos a essa sigla.

Quero agradecer, também, ao deputado Moacir Sopelsa pelos elogios manifestados a respeito da sessão solene de ontem que foi solicitada pelo deputado Gilmar Knaesel, subscrita pelo deputado Aldo Schneider e por este deputado. Ontem, tivemos uma sessão repleta de pessoas, as galerias lotadas, demonstrando a importância do Sindifisco para Santa Catarina e o quanto essa categoria é importante para a definição das políticas públicas para a arrecadação dos recursos do governo do estado, a fim de que Santa Catarina continue se desenvolvendo.

Ontem foi, realmente, um momento muito alegre de rever pessoas, de relembrar a história, e por isso ficamos muito felizes de termos participado de tão importante evento.

Muito obrigado e que Deus abençoe a todos.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Dentro ainda do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, senhores e senhoras que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital, catarinenses aqui presentes, quero trazer, nesta tribuna, dois assuntos e depois, logo em seguida, o deputado Maurício Eskudlark também vai compartilhar o tempo com este deputado.

Trago aqui, sr. presidente, um *e-mail* que recebi e que todos os deputados receberam, mas estou fazendo aqui o registro da moradora da cidade de Penha, Adelly Cristine, que escreveu para todos nós o seguinte:

(Passa a ler.)

"Prezados.

Esse fim de semana fui vítima de arrombamento em minha casa e nos levaram o pouco que tínhamos. Somos trabalhadores, pessoas de bem, que lutam dia-a-dia para ganhar dinheiro para viver. Todas as noites, inclusive aos finais de semana, temos a notícia de que houve assalto, arrombamento, roubo ou furto em nossa cidade. Sei que esse problema é nacional. Mas nossa cidade é pequena e acredito ser mais fácil resolver. Temos 2 policiais civis pra cidade inteira e 1 viatura da PM pra toda a cidade também.

Só na noite de sábado, quando liguei para a emergência da PM de Penha, havia 6 ocorrências de assalto e estamos esperando a polícia na nossa casa desde então. Não apareceram.

A comunidade está com medo, se sair de casa ela pode ser arrombada e se ficar em casa pode ser assaltada!

Peço às autoridades do governo de SC para tomar providência quanto a nossa segurança pública. Nossa Administração Municipal nada faz. Será que estão esperando serem vítimas também para tomarem uma providência?

Vamos ver se alguém responde a mera anônima de 2013, mas eleitora de 2014.

Adelly."[sic]

Adelly, estou fazendo o seu registro aqui porque sei que esse deve ser o clamor de muitas pessoas não só da cidade de Penha, mas de todo estado de Santa Catarina.

Quero reforçar esse seu *e-mail* dizendo que o comando da Polícia Militar tem que ver que é preciso colocar mais policiais nas cidades e não ficar discriminando mulheres que passaram no concurso e que agora estão aptas a serem chamadas, e não estão sendo chamadas por uma questão machista do comando.

Então, governador, a situação está feia na cidade de Penha. Está lido o seu *e-mail*, Adelly, e com certeza vamos levar isso à frente!

Há um segundo assunto que quero abordar. Ontem eu falei aqui sobre a diarista Rozevelde Silva, de 55 anos, que na quinta-feira se acorrentou na frente do Hospital Municipal São José para chamar a atenção sobre uma cirurgia que ela estava esperando há dois anos para ser realizada. Aí ela se acorrentou na frente do Hospital Municipal São José, a direção do hospital se reuniu e disse o seguinte: "Olha, pode esperar"! Eu falei aqui que um diretor do hospital diz isso porque não é a mãe dele! Se fosse a mãe dele ele dava um jeitinho!

Ontem, como não resolveu o que ela fez na frente do hospital, a sra. Rozevelde acorrentou-se na frente da prefeitura. Quando o prefeito Udo Dohler chegou e viu a mulher acorrentada, lembrou-se daquele episódio da corrente da Dohler. Meu Deus, quando falam em corrente perto do prefeito, ele se arrepia! Aí ele chamou o diretor, o secretário de Saúde e disse para resolverem a situação, pois a mulher estava lá presa na corrente!

Pois bem, conseguiram resolver e hoje está aqui no jornal *A Notícia* a seguinte manchete: "Conseguiu, mas precisou se acorrentar". Isso daqui deve ser um desacato para o prefeito Udo Dohler. Mas, tudo bem.

Agora quero chamar a atenção se, porventura, tem alguém que vende corrente para ir lá para Joinville vender corrente. Porque parece que para chamar a atenção e para o prefeito Udo Dohler resolver o problema, o negócio é corrente. A palavra é corrente!

Na mesma matéria que fala que a dona Rozevelde conseguiu a cirurgia, tem uma nota que diz que a

dona Rozevelde faz parte de uma fila de 1.700 pessoas que estão na fila só de cirurgia de ortopedia. Portanto, vai precisar de 1.700 correntes.

Mas quero fazer uma proposta aqui: se é com corrente que se resolve as coisas lá em Joinville, eu vou lançar a moda de amarrar uma corrente no parachoque dos veículos para lembrar o prefeito que as ruas estão esburacadas. Já pensaram todos os carros lá em Joinville rodando com uma correntinha pendurada para lembrar o prefeito que há buracos! Quem sabe devemos amarrar uma corrente nos ônibus para lembrar que a passagem, apesar de ter sido diminuída, foi aumentada acima da inflação! Talvez devêssemos amarrar uma correntinha na receita do remédio que os médicos estão dando nos postos de saúde que ainda estão funcionando em Joinville para lembrar-se da falta de medicamentos que está ocorrendo até para pressão arterial e para diabetes, medicamentos de uso contínuo, deputado Aldo Schneider!

Então, quero parabenizar prefeito Udo Döhler, porque corrente chamou a atenção, mas ele resolveu a vida de uma das 1.700 de ortopedia. Mas tem ainda mais 7.000 de oftalmologia.

Quero saber quantas cirurgias de varizes o hospital São José fez este ano. Só de varizes não foi feita nenhuma, de fevereiro para cá. Nenhuma cirurgia. Essa é a situação.

Deixo registrado mais uma vez aqui esta minha palavra. Estou fazendo isso porque estou cobrando aquilo que foi prometido na eleição, ou seja, que iria resolver o problema da saúde, os problemas dos postos médicos. Mas o Jardim Edilene continua com o posto médico fechado, pagando aluguel, e até agora nada! Os moradores do loteamento estão sendo atendidos em outro bairro, na parte da tarde, porque não está funcionando.

Parabéns à dona Rosivelde que fez com que para a sua ação fosse chamada a atenção. Mas tem 1.700 pessoas só em ortopedia esperando por uma cirurgia no hospital São José. E não me digam que isso foi prejudicado por conta da demissão dos médicos de lá. Não! Não foi isso. É fato antigo que o governo

Udo Döhler tem, sim, a obrigação de resolver. Mas por favor, então, ele que resolva, porque costumava falar muito que era problema de gestão, gestão, enfim, tudo para ele era problema de gestão. Então, se é problema de gestão e ainda se precisa colocar uma corrente, não é problema de gestão. É uma verdadeira vergonha o que está acontecendo.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)- Obrigado, deputado Kennedy Nunes, e continua com o tempo o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. Deputados, público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Digital, toda a sociedade catarinense, quero saudar a Luciana, a Mariana, os meus primos e sobrinhos que estão presentes nesta Casa.

Não vou fazer um discurso tão empolgado quanto do colega deputado Kennedy Nunes, mas precisamos chamar atenção para um assunto importante da economia catarinense.

Recebi e-mails de empresas que trabalham com importação e exportação de produtos. Infelizmente, as mercadorias quando chegam ao porto, quando o navio descarrega um container no porto de Santa Catarina, a mercadoria ainda demora em torno de 60 dias para ser liberada. Isso é um absurdo. É um absurdo, porque temos investimentos do governo federal, do PAC, nos portos.

Enquanto temos outros países com uma taxa menor de exportação e importação, temos aqui, além de um custo maior e uma infraestrutura maior, de uma fila de caminhões, de todas as dificuldades, da burocracia, temos ainda a dificuldade na liberação das cargas. Só o ministério da Agricultura demora em média de 25 a 30 dias para vistoriar e liberar uma carga. Ainda vêm os demais procedimentos para que o empresário possa retirar essa carga, enquanto isso ele está pagando os custos daquela importação e liberação da carga.

A média no Brasil para conseguir liberar um container para exportação é de 13 dias. Desses 13

dias, seis dias já são em burocracia, documentação.

Vemos os nossos portos de Santa Catarina congestionados de containers que poderiam ser mais rapidamente liberados. E o grande problema é a fiscalização, a vistoria, para que o container seja liberado.

Em Cingapura o prazo é de um dia, nos Estados Unidos o prazo de liberação de um container é de dois dias, e aqui no nosso estado para exportação é de 13 dias e para liberação da importação chega a quase 60 dias.

Enquanto em outros países o custo é de 1.000,00 a 1.300,00 por container, no Brasil é de 2.200,00 por container. Isso prejudica a economia, o consumidor, porque tudo vai para o custo final do produto.

Portanto, precisamos que o ministério da Agricultura, o Mapa como chamam, tome as providências necessárias.

Vimos justificativas de doença, de aposentadoria, de falta de efetivo, de falta de fiscais, e não é admissível que um país como o nosso, que incentiva o desenvolvimento das suas indústrias, dos seus profissionais, tenha toda essa burocracia que emperra o custo econômico, social e traz dificuldades.

Então, temos que adotar as providências necessárias para que a liberação de cargas nos portos catarinenses e brasileiros seja modificada. Sofre a cidade de Itajaí, Navegantes, São Francisco do Sul, com filas de caminhões por todas as dificuldades e transtornos que cria essa demora na liberação tanto das exportações como das nossas importações.

Assim, é muito importante que tenhamos mudanças e ações nesse sentido para melhorar a nossa economia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Esta Presidência comunica que por não haver mais partidos inscritos para ocupar esse espaço, e

faltam 13 minutos para a Ordem do Dia, suspenderemos a presente sessão até as 16h.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha) - Declaro reaberta a presente sessão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, esta Casa já teve várias concessões e sei que está na Ordem do Dia, mas faço um apelo a v.exa. no sentido de se oportunizar, conforme o requerimento sobre a mesa, que o presidente do SindSaúde, sr. Pedro Paulo das Chagas, faça uso da palavra antes da votação que está na pauta.

Eu sei que há uma determinação da Mesa, sr. presidente, v.exa. já explicou isso, mas que o senhor fizesse uma consulta aos líderes desta Casa para que o presidente do Sindicato da Saúde, já que esta Casa é a Casa do Povo, possa se manifestar.

A bancada do Partido dos Trabalhadores é favorável. Gostaria que o senhor fizesse esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Gostaria que vocês fizessem silêncio para acompanhar os encaminhamentos.

Agradeço muito a manifestação de todos.

Deputada Ana Paula Lima, v.exa. já integrou a Mesa Diretora desta Casa e empreendeu com muita dedicação a função.

Deputada, procuramos cumprir aquilo que a Mesa orienta, e na reunião da manhã de hoje novamente este assunto voltou a ser discutido, porque, como v.exa. bem lembrou, em alguns momentos há quebra, há inversão daquilo que é regimental e daquilo que está acordado entre os líderes, mas v.exa. tem todo o direito de pleitear, em função de outros acordos que foram feitos, essa solicitação para a antecipação do sr. Pedro Paulo das Chagas, presidente do SindSaúde.

Assim sendo, atendendo à solicitação de v.exa., vou consultar os líderes para que, em havendo concordância, possamos fazer a concessão.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Quero cumprimentar a todos. E com referência à solicitação da eminente deputada Ana Paula Lima, para que se abra a condição de o presidente do SindSaúde se pronunciar antes das manifestações dos srs. deputados e também das votação da pauta, sou a favor, até porque como líder do governo, já que o nosso governador tem sido um governo do diálogo, tem sido um governo para buscar o entendimento, um governo que ouve a sociedade catarinense, não vimos objeção nenhuma em ouvir o presidente do sindicato se pronunciar.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Eu vou, em nome da bancada do PSD, na linha do que foi colocado pelo eminente líder do governo. Nós concordamos que o presidente se pronuncie antes da votação. E quero solicitar que todos fiquem calmos, para que possamos fazer com calma e com racionalidade um debate em alto nível das medidas provisórias, porque estamos tratando um assunto da maior importância. Precisamos ouvir o contraditório, pois todos nós vamos ganhar. Então, eu concordo, sr. presidente.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - A bancada do PPS também concorda com o encaminhamento da deputada Ana Paula Lima.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Como líder do PP estou de acordo, sr. presidente.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURO SOARES - Da mesma forma, só para deixar manifestado, quero agradecer a deferência de v.exa. como a dos demais líderes de partidos por essa concessão, para que o sindicato fale ante das votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a concordância de todos os líderes, esta Presidência suspende a sessão por até dez minutos e concede, de pronto, a palavra ao sr. Pedro Paulo de Chagas, presidente do SindSaúde.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projeto de Lei n. 0195/2012 e Projeto de Lei 0211/2007.

Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0002/2012, de autoria do deputado Dado Chereim.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória n. 0190/2013, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que dispõe sobre a criação e a concessão de incentivo financeiro às Centrais de Regulação no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, para não dizer que não falei de flores, vou falar dessa MP. Porque tivemos a oportunidade, na comissão de Saúde, presidida pelo deputado Volnei Morastoni, de realizar uma audiência pública com a presença das autoridades do governo, da área da Saúde, com a própria secretária Tânia Eberhardt, para debater as questões e, inclusive, essa medida provisória.

Quero repetir parte do que falei naquela audiência pública: Que de fato é bastante necessária a organização, a criação, o fortalecimento das centrais de regulação. Trocando em português mais claro, para organizar a fila de exames e cirurgias na saúde pública do estado.

Existem sugestões, como já fizemos na comissão de Saúde, dessa audiência pública a que me referi, no sentido de incrementar esse trabalho, de fortalecer esse trabalho, que é a forma de aumentar o controle público acerca das dificuldades e das potencialidades na realização de exames e cirurgias no serviço público no estado.

Então, quero fazer essa manifestação e por isso comecei com aquela frase, porque consideramos importante, e o nosso voto é favorável à criação, à fomentação, à organização, ao fortalecimento e que funcionem, efetivamente, as centrais de regulação no estado.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Deputado, eu discurssei há alguns dias sobre o grande problema da saúde pública do estado, que seria justamente o problema de gestão, de organização do sistema.

O governo federal propôs várias políticas, e Santa Catarina não adotou essa estratégia. Nós sempre questionávamos o fato de que precisaria ter um empenho maior da secretaria da Saúde, no sentido de construir saúde pública no estado, inclusive, questionávamos muito o ex-secretário. E na avaliação que temos feito da MP n. 190, entendemos que ela vem na perspectiva de organizar um pouco melhor o sistema de saúde pública de Santa Catarina.

Então, votaremos favorável, porém, acreditamos que ainda não é a solução, que precisa melhorar muito mais o processo de gestão de organização, mas é um passo que se dá para melhorar o Sistema Único de Saúde no estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, no projeto de conversão foi incluída uma emenda na comissão de Finanças e Tributação. Então, gostaria de saber se ela está incluída na redação final do projeto que veio da comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Ela está contemplada e aparece como projeto de conversão, deputado Gilmar Knaesel.

Fim da discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade o Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória n. 190/2013.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória n. 0191/2013, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que dispõe sobre o incentivo financeiro aos municípios do estado de Santa Catarina destinado a consultas e exames de média e alta complexidade.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, a respeito dessa medida provisória consideramos importante, mas avaliamos que ela contém um erro de proporção. Ela define apoio financeiro a partir de recursos públicos estaduais para os municípios na área de Saúde, mas consideramos que o erro é justamente porque faz de forma per capita igual para todas as cidades, assim as maiores cidades receberão um montante maior e as menores menor.

Temos cidade que não receberá os R\$ 100 mil desse recurso aqui. E é muito pouco. Se o objetivo e a justificativa são no sentido de combater, diminuir pelo menos a ambulancioterapia, precisamos fortalecer justamente a linha da frente, a ponta.

Nós temos hospitais no estado de Santa Catarina, e cito o hospital da minha cidade natal, Imbuía, no alto vale do Itajaí, que não têm Raios-X. E essa é a realidade de muitos hospitais do interior. Assim terá a ambulancioterapia, porque terá que sair de Imbuia de madrugada, dentro de uma van, já não é mais ambulância, mas "vanterapia", e vir à capital para fazer um exame de Raios-X.

Então, nesse sentido, achamos que se deveria estabelecer um padrão para todas as cidades. E a partir disso o quanto per capita seria mais justo para as pequenas cidades e seria mais eficiente no sentido de combater a ambulancioterapia.

Votaremos favorável, porque é importante fomentar e fortalecer a área da saúde nos municípios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, apenas para reflexão da importância, parece um valor pequeno. Mas, hoje, temos uma fila muito grande de atendimento, principalmente exames de média e alta complexidade. Há muito tempo se falou em ambulancioterapia. Isso aqui é um dos remédios para ambulancioterapia, ou seja, fazer com que os exames aconteçam nas regiões e municípios.

As prefeituras estão abandonadas à própria sorte. E essa medida não contempla o hospital, ela é municipal! Foi pactuada pelos secretários municipais de Saúde com o governo do estado. É o governo do estado cumprindo uma medida que deveria

ter sido cumprida pelo ministério da Saúde que hoje remunera muito baixo os exames e, por isso, inviabiliza a realização dos mesmos. E a quantidade que vem para Santa Catarina é muito baixa.

Por isso, merece o nosso apoio, o nosso incentivo. O valor é pequeno, mas todos os meses chegando à nossa cidade vai permitir que as secretarias municipais possam fazer uma gestão melhor dos exames, ajudando aqueles que realmente dependem do SUS para realizarem exames de média e alta complexidade, que é o que está faltando em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero deixar claro, e o deputado Sargento Amauri Soares falou aqui, que são R\$ 0,30 por pessoa. Então, em uma cidade com três mil habitantes são R\$ 900,00 por mês. Isso significa dois ou três exames por município. Então, contribui, mas tem que ficar claro que é um valor bastante pequeno para a grande maioria dos municípios de Santa Catarina. Só gostaria de esclarecer essa questão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade a conversão em lei da Medida Provisória n. 191/2013.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória n. 0192/2013, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que institui o Plano de Gestão da Saúde, composto pelo Programa de Estímulo à Produtividade e à atividade Médica...

(Manifestações das galerias)

Por favor, estamos trabalhando e pedimos a compreensão de todos. Fizemos uma concessão, uma inversão de ordem...

(Manifestações das galerias)

Gostaria de poder continuar realizando a sessão. Se não houver ordem neste ambiente terei que determinar a suspensão da sessão e a retirada das pessoas que não colaborarem.

(Manifestações das galerias)

Por favor, peço mais uma vez a compreensão de todos. Queremos que esta Casa seja respeitada, estamos em processo de votação, que é um processo democrático, e quero pedir a compreensão de todos.

(Continua lendo a matéria.)

...que institui o Plano de Gestão da Saúde, composto pelo Programa de Estímulo à Produtividade e à atividade Médica, pelo Programa Estadual Permanente de Mutirões de Procedimentos Clínicos e Cirúrgicos Eletivos e pelo Programa de Profissionalização da Gestão Hospitalar.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão e votação.

(Manifestação das galerias)

Em votação! Vou colocar a matéria em votação!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputada Ana Paula Lima, se não houver respeito, vou colocar a matéria em votação.

Esta Casa tem que ser respeitada! Nós estamos respeitando. E se não houver respeito, vou tomar as medidas para garantir a ordem para a votação.

Está suspensa a sessão. E peço que as pessoas que não estão respeitando sejam retiradas do plenário.

Está suspensa a sessão!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, ao mesmo tempo em que se abre o painel para colher os votos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Não, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Está aberto o painel e concedida a palavra a v.exa. para encaminhamento.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - V.Exa. vai colocar em votação antes de discutir a matéria, sr. presidente? Não, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Deputada Ana Paula Lima, está concedida a palavra a v.exa. para encaminhamento, com a votação.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Mas eu acho que temos que esperar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Deputada Ana Paula Lima, nós fizemos concessões aqui, mas não há reciprocidade.

Portanto, a palavra está garantida e o painel está aberto para votação.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, esta Casa é a Casa do Povo. É isso aí! Nós temos que entender isso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Deputada Ana Paula Lima, o tempo de v.exa. para encaminhamento está contando.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Eu não vou ficar aqui berrando, acho que é desagradável desta forma, sr. presidente.

Quando estamos debatendo a matéria, é para abrir o painel de votação. Até porque, sr. presidente, com todo o respeito ao governo, foi pedido encarecidamente ao líder do governo que está fazendo a sua atribuição que esta matéria não fosse votada hoje, que fosse votada depois da reunião que o sindicato tivesse no dia 29 com o sr. Antonio Gavazzoni. Mas entendo.

A orientação que dou à bancada do Partido dos Trabalhadores é para votarem contra, sr. presidente, por diversas razões. Isso não vai resolver o problema da saúde no estado de Santa Catarina. Isso vai beneficiar uma categoria lesando outras categorias. E falo isso porque nenhum hospital, nenhum posto de saúde e nenhuma clínica médica funcionam sem esses profissionais da multidisciplinaridade.

(Palmas das galerias)

Não funciona uma cirurgia eletiva, se não houver enfermeiros técnicos e auxiliares de enfermagem!

Então, não é justo, sr. presidente. Eu entendo que o governo quer acertar em alguma coisa, e ele podia, tanto é que a nossa bancada foi favorável às Medidas Provisórias n.s 190 e 191.

A Medida Provisória n. 192... Nós não podemos separar a categoria. Os médicos são imprescindíveis, responsáveis e trabalham, sim, mas a categoria da enfermagem e as outras categorias estão sendo lesadas pelo programa estadual dessa medida provisória, pelo programa estadual permanente de mutirões para esses procedimentos clínicos, cirúrgicos. É interessante que haja a valorização de todos esses profissionais, como eu bem falei.

E digo ainda, sr. presidente - e aqui falou o presidente do sindicato -, que não é a primeira nem a segunda vez. O deputado Dado Cherem, que já foi gestor da saúde, sabe que temos 182 profissionais médicos no Hospital Regional de Joinville. E vamos ainda dar uma gratificação para eles trabalharem no final de semana?

(Palmas das galerias)

Já apontou o Tribunal de Contas que os centros cirúrgicos são ociosos durante a semana.

Então, sr. presidente, eu gostaria muito de ter discutido mais essa medida provisória. O governo está negociando, acredito que está negociando, vou usar a palavra negociação.

Dia 29 tem uma reunião. Se ele tivesse a boa intenção de valorizar o pessoal da Enfermagem, ele já teria colocado na medida provisória.

(Palmas das galerias)

É uma enganação! E a outra, sr. presidente, como é que vão ser realizados esses mutirões, nos finais de semana, nos feriados, quais os profissionais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (faz soar a campainha) - V.Exa. tem mais 30 segundos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Dez minutos, sr. presidente, regimentalmente tenho dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- É para encaminhamento, deputada.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Não! Não, sr. presidente.

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Deputada, eu tenho procurado sem complacente. V.Exa. está querendo complicar!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Não! Não, sr. presidente, eu não vou complicar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Vamos votar. A votação já está aberta, deputada Ana Paula Lima.

(Manifestação das galerias)

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, cheguei aqui, no Parlamento. E só tem uma função... Eu não dou dinheiro de fundo social, eu não faço emenda, eu não tenho nenhum cargo nesse governo.

(Manifestação das galerias)

Eu cheguei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
(Faz soar a campainha) - Deputada Ana Paula Lima, um minuto para v.exa. concluir.

Eu estou encaminhando, deputada Ana Paula Lima. Um minuto para concluir, senão, vou cortar a sua palavra.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, com todo o respeito que tenho por v.exa., votei em v.exa. para a Presidência da Mesa. Mas tenho o direito de dez minutos.

Pouco uso a palavra para debater matéria em votação, mas essa matéria que diz respeito ao atendimento da população de Santa Catarina é a minha categoria profissional e merece respeito. Merece respeito.

(Palmas das galerias)

Vou obedecer. Vou usar esse minuto, mas tenho o direito a dez minutos, como todos os outros parlamentares, tenho direito para debater a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Mas, deputada Ana Paula Lima, a matéria está em encaminhamento.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Não! Fica o meu voto de repúdio. E a orientação da minha bancada é votar contra, porque estamos lesando a população de Santa Catarina e essa categoria profissional.

Muito obrigada!

(Manifestação das galerias)

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela Ordem, para encaminhamento, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o deputado Jailson Lima, para encaminhamento.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, são cinco minutos ou dez minutos?

Mesmo entendendo que houvesse um pouco mais de tempo, quero dizer que enquanto médico, enquanto profissional médico, como pauta é a questão da saúde pública, entendo que um mutirão de atendimento não ocorre apenas com profissional médico.

(Palmas das galerias)

Eu gostaria imensamente de poder dar essa gratificação unicamente a uma categoria. E acho que quando falamos em questão de gestão, a própria questão do programa de profissionalização de gestão, vinculada aos mutirões, tinha que estar vinculada a outras questões de redução de custos hospitalares como, por exemplo, o excesso de parto nos hospitais públicos de Santa Catarina. Isso representa mais custos e representa mais riscos.

Nós, aqui nesta Casa, durante o governo Luiz Henrique, já fizemos uma votação em acordo de pagamentos e incorporação de salários à categoria médica, achando que fosse resolver isso. E mais uma vez se privilegia categorias, reconhecendo pagamento apenas a um tipo de profissional, que é um profissional como eu, de uma corporação a que pertencço.

Portanto, estou fazendo essa colocação entendendo que esse projeto, com todos os esforços que foram feitos, deputado Aldo Schneider, de mais uma semana que foi dada, democraticamente aberto espaço aqui ao presidente do sindicato, entendo

que poderia haver mais tempo para tentar esgotar mais o debate.

Por isso, com muita tranquilidade, aqui voto contra esse procedimento, porque acho que não vai resolver a situação.

(Palmas das galerias)

O Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, para encaminhamento, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, para encaminhamento.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar todos os servidores da Saúde que aqui estão, dizendo que não preciso do tempo todo.

Gostaria apenas de dizer que sou contra a Medida Provisória n. 192, por entender que não encontro nenhum médico neste estado e neste país que seja tão bom que possa exercer a profissão e o exercício da saúde sozinho.

(Palmas)

Da mesma forma creio que o governo está contribuindo para termos, a partir da Medida Provisória n. 192, duas categorias, a categoria dos valorizados e a categoria dos necessários.

Então, sou contra a Medida Provisória n. 192.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, sra. deputada Luciane Carminatti.

Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, a nossa compreensão era que não deveríamos votar essa medida provisória na tarde de hoje, inclusive porque nesta legislatura aprovamos uma mudança na Constituição do Estado possibilitando a prorrogação por mais 60 dias para a aprovação de medida provisória. Acho que seria o tempo necessário, inclusive, para o governo tentar corrigir o erro que é esta Medida Provisória n. 192. Mas não é um erro apenas porque exclui todos os servidores da base, que são a imensa maioria, não apenas por isso, já é um erro grave, porque estão lá na mesma sala, garantindo, dando suporte para que possa acontecer qualquer

exame, qualquer cirurgia. O erro da medida provisória é porque ela é ruim para a sociedade catarinense. Esse é o erro principal, ela é ruim para a saúde pública do estado de Santa Catarina, porque já havia gratificação de produtividade médica, que foi incorporada.

Como disse o presidente do sindicato, aqui, com todo respeito àqueles médicos que cumprem o seu dever, e a eles devemos a nossa vida, a turma nem desligava a motor do carro. Ia lá, passava o dedo e ia trabalhar na clínica particular.

Agora uma elite, dentre os médicos, uma elite, não são os médicos como elite, que já o são e assim têm que ser tratados, mas dentre os médicos uma elite vinculada ao setor de anestesia e de cirurgia se articulou e conseguiu convencer autoridades do governo, inclusive o secretário da Fazenda, - o secretário da Saúde estava assumindo mais recentemente - a acreditar que essa tese é verdadeira, que tem que colocar todos os médicos a ganhar mais do que o Raimundo, porque este é o termo de debate deles.

"Se nós fizermos certinho, vamos ganhar mais do que o Raimundo". São esses os termos que estão sendo usados por essa elite a que estou me referindo.

Já tivemos um cidadão catarinense atendido seis vezes na emergência do Hospital Regional num único dia. Em 24h foi atendido seis vezes, e seis médicos vão ganhar pelo atendimento daquele cidadão.

A menos que interesse ao governo do estado chegar ao ano que vem e dizer que aumentou a produtividade e o número de atendimentos e que não interessa o que foi de fato feito, a menos que isso interesse também ao governo dizer que triplicou, quintuplicou o número de atendimentos, a qualidade da saúde não terá mudado.

O governo vai gastar mais com os médicos e vai mudar muito pouco ou nada, quando não, vai se cometer crime de fraude. A medida provisória nem foi aprovada ainda e já estão fazendo. Ou então é linha de produção, que corta, costura e manda embora, porque não tem leite.

Tem que se discutir tudo.

Voto contra a Medida Provisória n. 192.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu não sou profissional da área da Saúde, mas voto com muita consciência nesta tarde, com muita tranquilidade, porque o debate que a gente vem fazendo não precisava nem contratar empresa para levantar os dados da saúde pública de Santa Catarina, para identificar a situação em que se encontra. E foi muita clara a posição novamente do sindicato que tem elaborado, discutido muito esse tema da saúde no estado de Santa Catarina, para identificar a situação que estamos vivendo.

Esta medida provisória não resolve o problema da saúde de Santa Catarina. Por isso voto contra, e precisaria de tempo para discutir.

Obrigado!

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Em votação.

A votação será nominal pelo processo eletrônico.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	não
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim

DEPUTADO JAILSON LIMA	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 25 votos "sim", seis votos "não".

Está aprovada a matéria.

(Manifestação das galerias)

O exmo. sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, acatou a manifestação do deputado Dirceu Dresch votando contra este projeto fora do sistema eletrônico de votação. Sendo assim, totalizam 25 votos "sim" e sete votos "não".

Portanto, retifico o resultado.

Temos 25 votos "sim" e sete votos "não".

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0089/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari, que institui o Dia Estadual do Naturólogo, a ser comemorado anualmente no dia 23 de março, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0226/2013, de autoria do deputado Manoel Mota, que declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do estado de Santa Catarina a Festa do Vinho Goethe, dos municípios de Pedras Grandes e Urussanga.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0234/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, que institui o Dia Estadual da Ginástica Laboral, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0336/2012, de autoria do

deputado Narcizo Parisotto, que institui o Dia Estadual de Combate ao Câncer Infantil, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0310/2013, de origem governamental, que autoriza a doação de imóveis a municípios e estabelece outras providências. (Programa de Parceira Educacional Estado/Município)

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0328/2013, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Brusque. (Corpo de Bombeiros Militar e Guarnição da Rádio Patrulha)

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0330/2013, de origem governamental que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Braço do Trombudo. (Ginásio de Esportes Paulo Vermoehlen)

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0209/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do bairro de Vila Nova e bairro Industrial Sul, de Rio Negrinho.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0337/2013, de autoria do deputado Dóia Guglielmi, que declara de utilidade pública o Centro de Recuperação Luz no Vale (Cerluz), do município de Treviso.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Por autoria do autor, deputado Renato Hinnig, fica retirado de pauta o Projeto de Lei n. 0372/2013.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0004/2013, de autoria da comissão especial, que aprova nomes para a composição do Conselho Superior da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina, Agesc.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o decreto legislativo e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADO ALTAIR SILVA	votou
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	votou
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	votou
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	votou
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	votou
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	votou
DEPUTADO MANOEL MOTA	votou
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	votou
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	votou
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENATO HINNIG	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SANDRO SILVA	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	votou
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Gostaria que v.exa. fizesse a relação dos nomes dos conselheiros, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)- Conselheiros cujos nomes estarão submetidos à votação: Osmar Eduardo Santos, presidente; Jamir Marcelo Schmidt e Antônio Rubens do Nascimento Almeida. Esses são os três nomes que estão em votação neste momento.

Consulto se todos os deputados exerceram o direito de voto.

Encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 25 votos "sim", quatro votos "não" e uma abstenção.

Está aprovado o decreto.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h51, para a aprovação da redação final das referidas matérias.

Está encerrada a sessão.